



# **Plano de Recuperação Judicial**

**Ampex Brasil Empreendimentos Comerciais,  
Industrialização e Participações Ltda.**  
C.N.P.J/MF nº 10.242.889/0001-77

*Plano de Recuperação Judicial para apresentação nos autos do Processo nº: 0000357-47.2014.8.24.0033 em trâmite na 4º Vara Cível da Comarca de Itajaí - SC, consoante a LEI nº 11.101/2005 em atendimento ao seu artigo 53 e seguintes elaborado por AALC Consultoria.*



## SUMÁRIO

<b>1. Considerações Iniciais .....</b>	<b>4</b>
<b>2. Histórico e Apresentação da Empresa.....</b>	<b>5</b>
2.1 ESTRUTURA DA EMPRESA E PRODUTOS.....	6
2.2 MOTIVOS PARA O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	14
2.3 RESTRUTURAÇÃO INTERNA .....	17
2.3.1 ÁREA COMERCIAL.....	17
2.3.2 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	18
2.3.3 ÁREA FINANCEIRA.....	18
<b>3. Organização do Plano de Recuperação .....</b>	<b>19</b>
3.1 QUADRO DE CREDITORES.....	19
<b>4. O Setor de pescados.....</b>	<b>20</b>
<b>5 O crescente mercado de pescado.....</b>	<b>22</b>
5.1 O AUMENTO DO CONSUMO .....	23
5.1.1 UM NOVO PATAMAR .....	24
<b>6.Panorama geral de pescados .....</b>	<b>26</b>
<b>7. Balança comercial dos pescados.....</b>	<b>28</b>
7.1 EXPORTAÇÕES.....	28
7.2 IMPORTAÇÕES .....	29
<b>8. Enlatados: o surgimento da cultura.....</b>	<b>33</b>
<b>9. A manutenção dos nutrientes no alimento enlatado.....</b>	<b>36</b>
<b>10. O peixe enlatado como opção de consumo prático e saudável.....</b>	<b>38</b>
<b>11. Aspectos gerais dos peixes enlatados.....</b>	<b>41</b>
<b>12.Projeções do Desempenho Econômico-Financeiro .....</b>	<b>42</b>
12.1 PROJEÇÃO DAS RECEITAS .....	42
12.1.1 PROJEÇÃO .....	44
12.1.2 ANÁLISE .....	44
12.2 PROJEÇÃO DE RESULTADOS.....	46
12.2.1 PREMISSAS .....	46
12.2.2 PROJEÇÃO .....	47
12.2.3 ANÁLISE .....	48
<b>13 Meios de recuperação.....</b>	<b>50</b>
<b>14 Pagamento aos Credores.....</b>	<b>51</b>
14.1 CLASSE III – CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS.....	52
<b>15 Atualização Monetária dos Créditos e Juros Remuneratórios .....</b>	<b>54</b>
16 AMORTIZAÇÃO ACELERADA / EXCLUSÃO DO DESÁGIO .....	55
16.1 CREDITORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	56
16.2 CREDITORES FORNECEDORES .....	56
<b>17.Análise de Viabilidade da Proposta de Pagamento.....</b>	<b>58</b>
<b>18 Considerações Finais.....</b>	<b>59</b>
<b>19 Nota de Esclarecimento .....</b>	<b>60</b>
<b>20 Conclusão .....</b>	<b>61</b>



# 1.Considerações Iniciais

Este documento foi elaborado com o propósito de abranger e estabelecer os principais termos do Plano de Recuperação Judicial proposto pela empresa Ampex Brasil Empreendimentos Comerciais, Industrialização e Participações LTDA em Recuperação Judicial, sob a égide da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária.

A empresa possui seu principal estabelecimento localizado à Rodovia BR 101, KM 116, nº 1840, sala 201, bairro Salseiros, Itajaí, Santa Catarina. Requereu em 13 de Janeiro de 2014 o benefício legal da Recuperação Judicial, com fulcro nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/05, tendo seu processo sido distribuído na 4º Vara Cível da Comarca de Itajaí – Santa Catarina sob nº 0000357-47.2014.8.24.0033 no dia 13 de Janeiro de 2014.

O Plano de Recuperação ora apresentado propõe a concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas sujeitas aos efeitos da presente Recuperação Judicial, demonstra viabilidade econômico-financeira da empresa bem como a compatibilidade entre a proposta de pagamento apresentada aos Credores e a geração de caixa da empresa.



## **2. Histórico e Apresentação da Empresa**

A Ampex Brasil Empreendimentos Comercias e Participações Ltda. iniciou suas atividades há quase 6 anos, sendo os dois primeiros dedicados ao planejamento e formação do negócio, e os anos seguintes dedicados a implementação do seu projeto comercial.

A empresa foi criada e desenvolvida com foco para sua primeira fase de implementação, na fixação da marca e na comercialização dos produtos, terceirizando a produção junto a fornecedores de primeira linha, instalados em países com grandes vantagens competitivas, visando fornecer no Brasil produtos de alta qualidade e preços mais competitivos, principalmente nos produtos que compõe a cesta básica dos consumidores brasileiros.

Contando com profissionais de grande experiência e tradição no mercado de pescados em conserva, a Ampex Brasil Empreendimentos Comerciais e Participações Ltda. desenvolveu uma linha inovadora de produtos, superior a qualquer outra existente no mercado nacional, intitulada “Beira-Mar”.

A diferença começa na qualidade da matéria prima de seus ingredientes, passa pelo original processo de produção, e termina nas embalagens desenvolvidas especialmente para facilitar o dia a dia do consumidor.



A Recuperanda possui um projeto para implantação de uma fábrica no Brasil, no estado de Santa Catarina, para produção local e não mais depender de importação. O projeto foi interrompido devido ao pedido de Recuperação Judicial, tendo em vista o alto investimento demandado. Porém, assim que tiver condições novamente a Recuperanda retomará este importante projeto, visando realizar um de seus objetivos, o de produzir localmente.

Atualmente a Ampex é grande conhecida dos consumidores, trazendo reconhecimento à sua qualidade. Com o beneplácito legal da Recuperação Judicial espera transpor este momento passageiro de crise e voltar a crescer e trazer, cada vez mais, qualidade à mesa dos consumidores brasileiros.

## 2.1 Estrutura da empresa e Produtos

A Recuperanda atualmente possui sua estrutura formada por um escritório na cidade de São Paulo e quatro centros de distribuição estrategicamente espalhados pelo território nacional. Esses centros de distribuição garantem que a marca Beira-Mar atinja todos os estados brasileiros.

## ESTRUTURA BEIRA-MAR



### IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

1. SP – Escritório
2. CD SC – Itajaí (fev 2010)
3. CD PE – Recife (jul 2012)
4. CD AM – Manaus (abril 2013)
5. CD RJ – Rio de Janeiro (out 2013)

Representantes e Distribuidores em todos os estados.



## ESTRUTURA BEIRA-MAR



### CD SC – ITAJAÍ (FEV 2010)

#### LOGÍSTICA

- Principal CD hoje
- Distribuição fracionada em toda a região Sul – mínimo 40cxs

#### COMERCIAL

- Gerente Regional
- Key Account (RS)
- Vendedores (Médio Varejo) PR/SC/RS

#### MERCHANDISING

- Agencia de promotores (Controle Regional)

Representantes e Distribuidores em todos os estados.



## ESTRUTURA BEIRA-MAR



### CD PE – RECIFE (JUL 2012)

#### LOGÍSTICA

- Distribuição fracionada em todo PE – mínimo 30cxs
- Restante do NE – 50 cxs

#### COMERCIAL

- Gerente Regional
- Key Account (RS)
- Supervisores (Médio Varejo) PE/CE/BA
- Vendedores

#### MERCHANDISING

- Agencia de Promotores (Controle Regional)

Representantes e Distribuidores em todos os estados.



## ESTRUTURA BEIRA-MAR



### CD AM – MANAUS (ABRIL 2013)

- Atendimento de toda a Amazônia Legal (AM/RO/AC/RR/AP)

#### LOGÍSTICA

- Distribuição fracionada em todo AM – mínimo 30cxs
- Restante – 50 cxs

#### COMERCIAL

- Gerente Regional

#### MERCHANDISING

- Agencia de Promotores (Controle Regional)

Representantes e Distribuidores em todos os estados.





## ESTRUTURA BEIRA-MAR



### CD RJ – RIO DE JANEIRO (OUT 2013)

#### LOGÍSTICA

- Distribuição fracionada em toda a cidade do Rio – mínimo 1cx
- Restante da região – 50 cxs

#### COMERCIAL

- Gerentes Regionais (RJ/SP/MG)
- Key Accounts
- Supervisores (Médio Varejo) SP/GO/RJ
- Vendedores

#### MERCHANDISING

- Agencia de Promotores (Controle Regional)

**Representantes e Distribuidores em todos os estados.**



Atualmente a linha Beira-Mar é composta por doze produtos que já fazem parte do dia a dia do brasileiro.

Tudo foi planejado cuidadosamente ao longo de dois anos para oferecer uma linha de produtos que supere qualquer expectativa de qualidade e sabor.

O grande diferencial dos produtos Beira-Mar está no seu processo diferenciado de produção. Após o pré-cozimento, as sardinhas e anchovetas são drenadas para a eliminação de impurezas e somente após recebem o líquido de cobertura (óleo ou molho de tomate), esse procedimento proporciona um produto de melhor qualidade e de sabor superior.



Sardinha em Óleo Comestível 125g  
Sardinha em Molho de Tomate 125g



Anchoveta em Óleo Comestível 125g  
Anchoveta em Molho de Tomate 125g

O atum sólido em água mineral é preparado com a parte mais nobre do atum, o lombo do pescado.

É duplamente limpo, o que oferece baixo teor de gordura e calorias, e é conservado exclusivamente em água mineral.

**EXCLUSIVIDADE  
Beira-Mar**



**Atum Sólido em Água Mineral 170g**

A Beira-Mar também possui uma linha de produtos exclusivos para atender da melhor forma o canal food servisse – bares, restaurantes, lanchonetes, pizzarias, hotéis, padarias e bufês.

São produtos para facilitar o dia a dia da cozinha, no preparo dos pratos com embalagens funcionais e quantidades ideais, evitando o desperdício.

- Atum ralado com óleo comestível 400g
- Atum em pedaços em óleo comestível 400g
- Atum em pedaços em óleo comestível 500g e 315g(embalagem pouch)



Caixa display para ser colocada nas gôndolas



De acordo com pesquisa Nielsen realizada no ano de 2013, a marca Beira-Mar ficou em 3º lugar tanto nas vendas de sardinhas como nas vendas de atuns, ficando atrás apenas de marcas muito mais antigas e consolidadas no mercado, demonstrando a grande aceitação do público em pouco tempo, traduzindo no consumo dos brasileiros toda a preocupação da Recuperanda com a qualidade de seus produtos.



## 2.2 Motivos para o Pedido de Recuperação Judicial

A Recuperanda teve um ritmo muito grande de crescimento em seus primeiros anos de operação, graças aos seus produtos diferenciados e pela relação positiva entre preço praticado e a qualidade comercializada. Com pouco tempo no mercado, já se posicionava entre os três maiores fornecedores de produto enlatado de sardinha e atum no país.

Em 2010 a Recuperanda foi surpreendida com decisão repentina do Governo Federal de aumento da alíquota de importação, que de 16%, passou para nada menos do que 32%.

Esta alteração valeu apenas para os produtos industrializados, afetando diretamente a Recuperanda, tendo em vista que no mesmo período a alíquota de importação dos pescados in natura caíram.

Além disso, período do defeso (período em que as atividades de caça, coleta e pesca esportivas e comerciais ficam vetadas ou controladas em diversos locais do território nacional), onde a alíquota de produtos de importação *in natura* cai de 10% para 2%, a alíquota dos enlatados se mantém em 32%, sem sofrer alteração.

Tal aumento repentino fez com que a operação passasse a apresentar resultados negativos, tendo em vista que as margens já não são altas neste segmento e o aumento no custo não pôde ser repassado ao preço de venda por conta das



condições de mercado. Portanto, o aumento de 100% na alíquota do imposto de importação fez com que a Recuperanda apresentasse prejuízo em suas operações, esvaziando seu caixa.

Além da alta de 100% na tributação de todos os seus produtos, houve a desvalorização do Real frente ao dólar norte americano no mesmo período, prejudicando ainda mais as finanças da Recuperanda, consumindo grande parte de seu capital de giro próprio, obrigando-a obter recursos no mercado financeiro a curto e médio prazos para fazer frente a suas obrigações concorrentes.

Abaixo demonstrativo de impacto do aumento do imposto de importação no resultado da empresa, tendo em vista a impossibilidade de repasse ao preço de venda, o que lhe causou prejuízo bruto:

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO 16%				IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO 32%			
QTD DE CAIXAS CONTAINER		2.800		QTD DE CAIXAS CONTAINER		2.800	
PREÇO MÉDIO DE VENDA		R\$ 63,00		PREÇO MÉDIO DE VENDA		R\$ 63,00	
FATURAMENTO		163.800,00		FATURAMENTO		163.800,00	
TRIBUTOS				TRIBUTOS			
PIS	1,65%	2.702,70		PIS	1,65%	2.702,70	
CRÉDITO PIS		1.880,00		CRÉDITO PIS		1.880,00	
COFINS	7,00%	11.468,00		COFINS	7,00%	11.468,00	
CRÉDITO COFINS		8.970,00		CRÉDITO COFINS		8.970,00	
ICMS	12,00%	19.658,00		ICMS	12,00%	19.658,00	
CRÉDITO ICMS		13.702,00		CRÉDITO ICMS		13.702,00	
COMISSÕES	3,00%	4.914,00		COMISSÕES	3,00%	4.914,00	
CUSTO MERCADORIA	55,57	144.486,24		CUSTO MERCADORIA	61,74	160.519,97	
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>5.197,06</b>	<b>3,17%</b>	<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>- 10.836,67</b>	<b>- 6,62%</b>

Até meados de 2013 a empresa manteve o preço do produto industrializado, postos na rede atacadista, esperando que houvesse o retorno da alíquota de importação aos 16% anteriores. Sem sucesso, deteriorando ainda mais a situação de seu fluxo de caixa, aumentando seu endividamento oneroso.



A partir daí a Recuperanda foi obrigada a remodelar seu perfil de importação, obtendo novos parceiros que não comprometessem a qualidade até então obtida e também não afetassem o custo do produto.

Foram esses parceiros que surgiram após toda essa movimentação, que hoje atendem às necessidades comerciais da Ampex, especialmente com plantas localizadas no Equador e Peru, cuja importações encontram vinculadas a acordos multilaterais, entre o Brasil e esses Países, afastando o risco de aumentos na tributação afetarem sua rentabilidade, como aconteceu anteriormente.

Portanto, fica claro para a Recuperanda que seus problemas financeiros foram oriundos de um fato isolado e as medidas necessárias para que isto não mais ocorra já foram tomadas.

A Recuperanda segue atuando e não perdeu seu espaço no mercado. Seus níveis de faturamento aumentam gradativamente e já estão bem próximos às suas melhores marcas registradas, devolvendo sua lucratividade necessária para recomposição de capital de giro e pagamento de seu endividamento.

Desta maneira, fica clara sua condição de recuperação, podendo honrar com o pagamento de seus credores e prosseguir com sua trajetória de crescimento.



## 2.3 Restruturação interna

Após o início de sua crise a Recuperanda, através de sua diretoria, desenvolveu um plano de restruturação financeiro-operacional baseado nas premissas elencadas nos meios de recuperação previstos e na lucratividade necessária para permitir a liquidação de seus débitos e a manutenção de sua viabilidade a médio/longo prazo, o que depende não só da atual situação de endividamento, mas também, e fundamentalmente, da capacidade de geração de caixa. As medidas identificadas no Plano de Reestruturação Financeiro-Operacional então incorporadas a um planejamento para o período de 15 (quinze) anos e estão fundamentadas nas seguintes decisões estratégicas:

### 2.3.1 Área comercial

- › Reestruturação parcial da área comercial;
- › Foco das atividades em produtos/regiões de maior rentabilidade;
- › Plano de ação para realização de parcerias estratégicas;
- › Basear a liderança da empresa em parcerias estratégicas;
- › Estratégia de expansão gradual na participação de mercado, fazendo com que haja pouca oscilação nas margens



### 2.3.2 Área administrativa

- Programa de redução do quadro funcional e de gasto com pessoal e horas extras e redução de despesas fixas;
- Fortalecimento da política de recursos humanos para que contemple: planos de carreira baseado em resultado, melhorias no processo de seleção, treinamento e valorização social e profissional dos colaboradores internos visando à redução do turnover e redução dos custos de pessoal;
- Fortalecimento organizacional e da responsabilidade estratégica de tomada de decisão para alcançar metas e assegurar a aderência das ações aos planos;
- Formar as novas diretrizes de administração e dar suporte à área comercial através de uma análise SWOT (Strengths-forças, Weaknesses-fraquezas, Opportunities-oportunidades e Threats-ameaças);

### 2.3.3 Área financeira

- Busca de novas linhas de créditos menos onerosas e mais adequadas ao planejamento operacional;
- Implantação de um Plano Orçamentário com revisões trimestrais;
- Plano de redução dos custos fixos para melhoria da margem operacional

## 3. Organização do Plano de Recuperação

### 3.1 Quadro de Credores

Leva-se em conta para projeção dos pagamentos a atual situação da Lista de Credores apresentada pela Recuperanda, considerando a exclusão de R\$ 500 mil do Banco Safra e R\$ 3.039.211,69 do Banco ABC por serem créditos extraconcursais. Todo o restante é classificado como quirografário, conforme quadro a seguir (matéria pendente de decisão judicial):

<b>Composição por tipo de credor</b>		
<b>Classe</b>	<b>Valor</b>	<b>A.V%</b>
Classe I - Credores Trabalhistas	-	0,00%
Classe II - Credores com Garantia Real	-	0,00%
Class III - Credores Quirografários	36.383.924,81	100,00%
<b>Total</b>	<b>36.383.924,81</b>	<b>100,00%</b>

Valores em Reais (R\$).

## 4.O Setor de pescados

A pesca é uma atividade econômica de bases muito simples, tanto no que diz respeito aos seus métodos, quanto nos recursos exigidos. Em virtude disso, é praticado pelo homem desde a antiguidade com, lanças, flechas, peneiras, redes, anzóis e linhas, evoluindo com o tempo para ferramentas e processos mais sofisticados, com o objetivo de aumentar a escala e a produção.

Os peixes, crustáceos, moluscos e outras espécies alvo da atividade pesqueira, formam juntamente com a água e demais organismos hidróbios, biomas estabilizados há milhares de anos. Eles integram uma cadeia alimentar diversificada e complexa, que se inicia nos plânctons e nos matérias orgânicos drenados pelo curso dos rios e termina nos locais criadores, como os mangues e regiões estuarinas-lagunares.

Até hoje, a maior parte de todo o peixe consumido no mundo ainda depende do estoque produzido espontaneamente pela natureza, isto é, depende da existência de um ecossistema em equilíbrio, onde a reprodução acontece naturalmente. O peixe é a mais recente proteína animal consumida em grande escala pelo homem. Somente no século 20, as tecnologias de cultivo de espécies aquáticas começaram a ser desenvolvidas e utilizadas em diversos países, incluindo o Brasil.



Em suas condições mais primitivas, a atividade pesqueira causa um impacto ambiental de baixa intensidade. No entanto torna-se cada vez mais impactante à medida que aumenta a necessidade de produção em larga escala. Para isso, o pescador é obrigado a utilizar técnicas e ferramentas mais agressivas, que vão das chamadas artes de arrasto até os sistemas computadorizados de localização de cardumes, utilizado pela pesca oceânica industrial. A extração de grandes volumes pode exceder a capacidade de reprodução das espécies a causar a extinção daqueles que tem maior demanda, além de atingir os biomas de forma indiscriminada, provocando a redução da biodiversidade como um todo.

## 5 O crescente mercado de pescado

Em todo o mundo cresce a contribuição da proteína proveniente do pescado na alimentação humana. Quando consideramos um consumo médio mundial de 19 kg/habitante/ano e levando-se em consideração as projeções de crescimento da população mundial feita pela Organização das Nações Unidas, um aumento crescente no consumo de pescado será observado como descrito na tabela a seguir:

**Tabela 1: Dados do consumo mundial de pescado em relação ao crescimento da população.**

<b>Ano</b>	<b>Pop. (bilhões)</b>	<b>Consumo (milhões/tons)</b>
<b>1950</b>	<b>2.5</b>	<b>48</b>
<b>1990</b>	<b>5.3</b>	<b>101</b>
<b>2000</b>	<b>6.3</b>	<b>119</b>
<b>2025</b>	<b>8.5</b>	<b>162</b>

## 5.1 O Aumento do consumo

Os brasileiros hoje consomem muito mais pescado do que antigamente, para surpresa até de especialistas das áreas de alimentação e abastecimento.

Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a média por habitante ano no País alcançou 11,17 quilos em 2011, nada menos do que 14,5% a mais do que em relação ao ano anterior. Já entre 2009 e 2010 o ritmo de crescimento da demanda foi de 7,9%. Em dois anos (2010 e 2011) o crescimento da demanda por peixes e frutos do mar aumentou em média 23,7%. Assim, pode-se acreditar, com alguma margem de segurança (as importações continuaram aquecidas), que atualmente os brasileiros já devem consumir pescado na média mínima recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de 12 quilos por habitante/ano.

Este fenômeno de aumento acentuado de consumo de pescado, que se repete em outras partes do mundo, pode ser explicado no País por alguns fatores, segundo Eloy de Sousa Araújo, Secretário de Infraestrutura e Fomento do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). “Nos últimos anos a condição de vida dos brasileiros melhorou, a moeda nacional, o real, readquiriu o poder de compra e a população



procura alimentos mais saudáveis para consumo, sendo o pescado uma excelente opção”, avalia.

O crescimento no consumo foi confirmado com a divulgação do Boletim Estatístico do MPA sobre a produção brasileira de pescado em 2011, o mais recente disponível. O boletim permitiu relacionar a produção nacional com as importações e exportações de pescado neste ano de referência, bem como avaliar em perspectiva os anos anteriores e as tendências de mercado.

### 5.1.1 Um novo patamar

Há uma década os supermercados não contavam com espaço para a exposição de peixes congelados e principalmente frescos, que era no imaginário popular característica de local sujo; os supermercados desmistificaram isso e hoje facilmente encontra-se peixes como o tambaqui, a pescada amarela, o pargo e a cioba apenas pra citar alguns. Com o tempo, os jovens descobriram os sashimis da culinária oriental e os restaurantes de comida a quilo nas cidades passaram a oferecer pescado aos seus clientes. Também a indústria inovou com produtos de preparo mais fácil, de cortes prontos e as pizzas de sabor atum.





A demanda aquecida motivou a indústria do pescado, sobretudo da aquicultura (cultivo de pescado), que é a modalidade com mais espaço para crescer a produção. Ainda em 2011, a criação de pescado em cativeiro no Brasil atingiu 628,7 mil toneladas, o que representou um crescimento de 31,1% em relação ao ano anterior. Entretanto, este grande empenho ainda foi insuficiente para atender a demanda. Naquele ano, a produção brasileira de pescado alcançou 1,43 milhão de toneladas, das quais uma pequena parte, 42.263 toneladas, foi destinada à exportação. E o País ainda precisou importar 37% do pescado consumido.

Além dos peixes nacionais – o País tem uma das maiores biodiversidades em pescado do planeta, como se pode observar em mercados populares e supermercados - , os brasileiros tradicionalmente apreciam peixes de águas frias, como o bacalhau (Cod Fish do mar do Norte), da Noruega, e o salmão, proveniente especialmente do Chile, mas também da Argentina e da China. Também peixes mais baratos da Ásia começaram a chegar à mesa dos brasileiros. O fato é que, em 2011, as importações apresentaram um déficit da ordem de US\$ 1 bilhão.



## 6. Panorama geral de pescados

No mundo, o peixe é a proteína animal de maior consumo. Em 2011, por exemplo, foram produzidas 130,8 milhões de toneladas de pescado para consumo humano, enquanto a produção de bovinos alcançou neste mesmo ano 56,85 milhões de toneladas e a de frangos 89,36 milhões de toneladas. Em 20 anos (1991/2011), a produção mundial de bovinos aumentou 13%. Entretanto, o pescado está na frente na corrida. Em apenas seis anos (2006/2011), o consumo humano de pescado cresceu 14,43%. Em 2010, este extraordinário mercado já movimentava US\$ 217,5 bilhões (dólares), segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O peixe é a proteína que encontra mais espaço para crescer. Além de oferecer um mundo de sabores – cada espécie, afinal, tem o seu diferencial na culinária -, o pescado é leve e saudável. Em média, cada habitante do planeta consome 18,8 quilos de pescado por ano, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em 2011, a produção mundial atingiu 154 milhões de toneladas, das quais 131 milhões foram destinadas a consumo humano. Como a pesca de captura não pode aumentar muito o chamado “esforço de pesca”, para não comprometer os estoques pesqueiros, a atividade aquícola



(cultivo de pescado) está encontrando um gigantesco espaço para crescer e atender a demanda atual e futura.

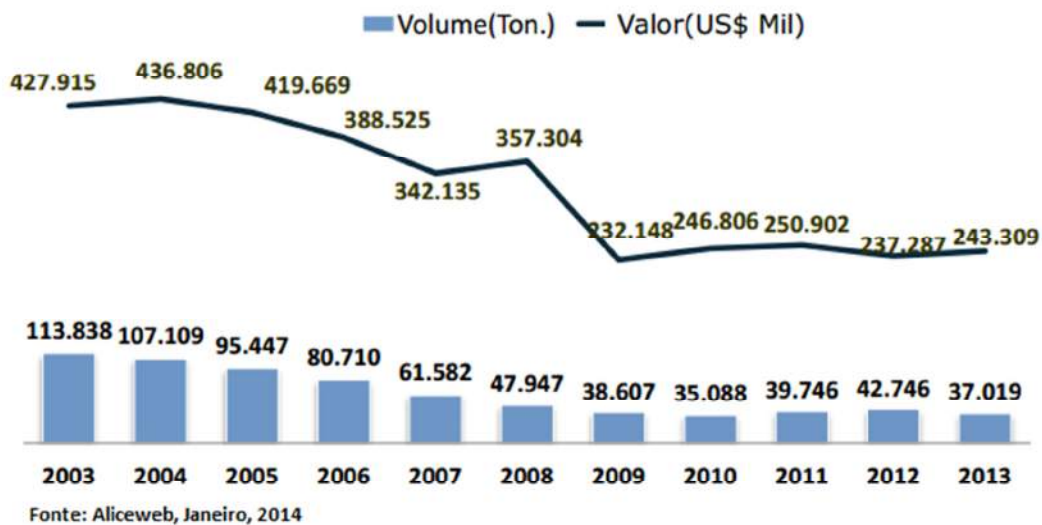
O maior interesse do brasileiro por peixes mostra um amadurecimento do perfil de consumo de proteína animal no país.

Após um alto crescimento nos últimos anos, o consumo per capita de carne bovina e de frango no Brasil está entre os maiores do mundo. Já o consumo de peixes, assim como o de suínos, tem bastante espaço para crescer.

## 7. Balança comercial dos pescados

### 7.1 Exportações

#### DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES DE PESCADO DO BRASIL: VOLUME E VALOR: 2003 - 2013



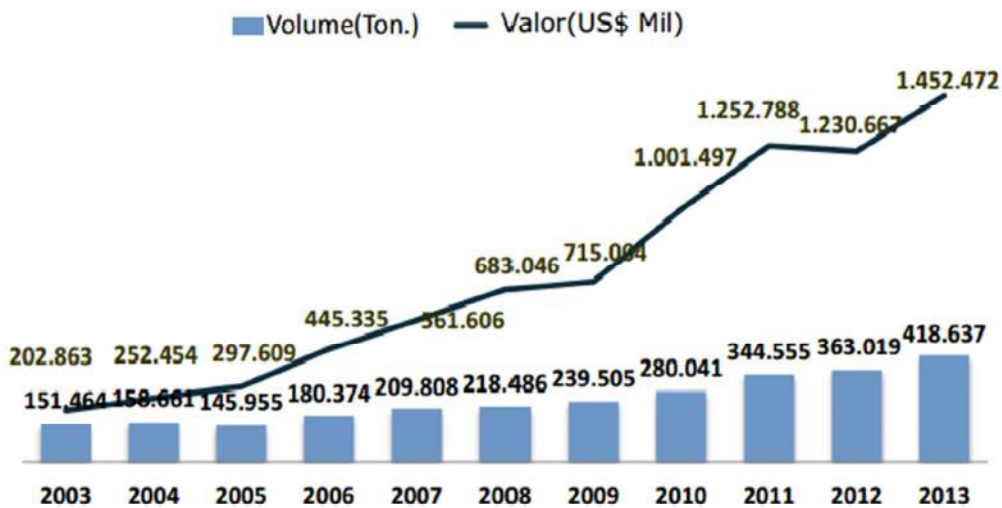
Quando se analisa o desempenho das exportações de pescado pelo Brasil, verifica-se que houve uma redução (-67,48%) do volume exportado (113.838 t em 2003), em relação ao volume exportado em 2013 (37.019 t).

Da mesma forma, o valor das referidas exportação (US\$ 243,3 milhões), embora tenha apresentado um pequeno crescimento em relação aos valores de 2012 (US\$

237,3 milhões), quando se considera os valores do ano de 2003 (US\$ 427,92 milhões), tem-se uma redução de (-56,86%).

## 7.2 Importações

### DESEMPENHO DAS IMPORTAÇÕES DE PESCADO DO BRASIL: VOLUME E VALOR 2003 - 2013



Fonte: Aliceweb, Janeiro, 2014

## BRASIL – IMPORTAÇÕES DE PESCADO POR PAÍS DE ORIGEM EM VALOR 2011 – 2013

PAÍS	HISTÓRICO DAS IMPORTAÇÕES DE PESCADOS POR ORIGEM EM VALOR 2011-2013							
	US\$ 13	Part %	Cresc 13/12	US\$ 12	Part %	cresc 12/11	US\$ 11	Part %
CHILE	505,89	34,83%	55,33%	325,68	26,46%	14,52%	284,39	22,70%
CHINA	239,58	16,49%	8,10%	221,62	18,01%	-5,00%	233,28	18,62%
NORUEGA	149,75	10,31%	-26,69%	204,27	16,60%	-7,63%	221,14	17,65%
ARGENTINA	114,66	7,89%	4,87%	109,34	8,88%	-30,20%	156,64	12,50%
VIETNA	109,17	7,52%	39,26%	78,40	6,37%	14,48%	68,48	5,47%
PORTUGAL	104,46	7,19%	1,52%	102,89	8,36%	-11,19%	115,85	9,25%
EQUADOR	43,03	2,96%	39,25%	30,90	2,51%	2,81%	30,06	2,40%
TAILANDIA	37,19	2,56%	27,09%	29,26	2,38%	59,53%	18,34	1,46%
MARROCOS	30,68	2,11%	34,32%	22,84	1,86%	62,84%	14,03	1,12%
URUGUAI	29,99	2,07%	-2,94%	30,90	2,51%	-21,81%	39,52	3,15%
ESPAÑA	10,82	0,74%	-7,23%	11,66	0,95%	-10,76%	13,07	1,04%
ISLANDIA	6,53	0,45%	-8,73%	7,16	0,58%	72,62%	4,15	0,33%
ESTADOS UNIDOS	3,33	0,23%	62,42%	2,05	0,17%	-19,99%	2,56	0,20%
SUB-TOTAL	1385,09	95,36%	18,04%	1.173,44	95,35%	-2,34%	1.201,54	95,91%
OUTROS	67,38	4,64%	28,12%	52,59	4,27%	2,67%	51,22	4,09%
<b>TOTAL</b>	<b>1.452,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>18,02%</b>	<b>1.230,67</b>	<b>100%</b>	<b>-1,76%</b>	<b>1.252,76</b>	<b>100%</b>

Fonte: Aliceweb, Janeiro, 2014

## BRASIL – IMPORTAÇÕES DE PESCADO POR PAÍS DE ORIGEM EM VOLUME 2011 – 2013

PAÍS	HISTÓRICO DAS IMPORTAÇÕES DE PESCADOS POR ORIGEM EM VOLUME 2011-2013							
	Ton 13	Part %	Cresc 13/12	Ton 12	Part %	cresc 12/11	Ton 11	Part %
CHINA	93.463	22,33%	19,49%	78.217	21,55%	-3,41%	80.979	23,50%
CHILE	82.862	19,79%	17,14%	70.739	19,49%	48,52%	47.631	13,82%
VIETNA	54.700	13,07%	59,10%	34.382	9,47%	16,41%	29.535	8,57%
ARGENTINA	38.140	9,11%	11,11%	34.326	9,46%	-32,08%	50.543	14,67%
MARROCOS	28.595	6,83%	24,59%	22.951	6,32%	77,63%	12.921	3,75%
NORUEGA	26.319	6,29%	-13,73%	30.506	8,40%	-7,76%	33.073	9,60%
PORTUGAL	15.360	3,67%	8,79%	14.119	3,89%	-20,00%	17.648	5,12%
TAILANDIA	13.975	3,34%	29,87%	10.761	2,96%	41,05%	7.629	2,21%
URUGUAI	12.146	2,90%	-9,40%	13.406	3,69%	-11,50%	15.148	4,40%
EQUADOR	10.683	2,55%	42,15%	7.515	2,07%	-25,94%	10.148	2,95%
ESPAÑA	3.254	0,78%	-44,12%	5.824	1,60%	32,46%	4.397	1,28%
ESTADOS UNIDOS	1.815	0,43%	9,54%	1.657	0,46%	-17,19%	2.001	0,58%
ISLANDIA	1.727	0,41%	9,73%	1.574	0,43%	52,22%	1.034	0,30%
SUB-TOTAL	383.039	91,50%	17,50%	325.978	89,80%	4,25%	312.677	90,75%
OUTROS	35.598	8,50%	-3,90%	37.041	10,20%	16,19%	31.879	9,25%
<b>TOTAL</b>	<b>418.637</b>	<b>100,00%</b>	<b>15,32%</b>	<b>363.019</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,36%</b>	<b>344.555</b>	<b>100%</b>

Fonte: Aliceweb, Janeiro, 2014



No período de 2003 a 2013, as importações brasileiras de pescado cresceram de 151,5 mil toneladas e US\$ 202 Milhões (2003), para 418,6 mil toneladas e US\$ 1.45 bilhão em 2013. No ano de 2013, a China, o Chile, o Vietnã, a Argentina, o Marrocos e a Noruega se destacaram como os seis maiores exportadores de Pescado para o Brasil, cuja participação referente ao volume (324 mil toneladas) e valor (US\$ 1,04 Bilhão de dólares) correspondeu a 77,39% (volume) e 71,62% (valor) de nossas importações, respectivamente. O Chile, no cômputo geral das exportações para o Brasil, comercializou US\$ 505,89 milhões, enquanto que a China exportou menos da metade desse valor (US\$ 239,58 milhões), fato que se justifica pelo maior valor do produto chileno quando comparado com o chinês (peixes diversos). Contudo, se em termos de valor o gigante asiático tenha exportado menos que o Chile, sua liderança em volume de exportação (93.463 t) para o Brasil se manteve na primeira posição do ranking. Em relação às importações de Pescado da China, o destaque é para o fato de que esses números apontam um incremento de 1.096,1% em volume e 766,47% em valor (US\$) em relação a 2009. A mesma análise, desta feita em relação ao Vietnã, impressiona ainda mais, uma vez que houve um incremento de 1.567,68% em volume e 1.632,86% em valor, em relação ao mesmo período do ano de 2009.



Em relação à Argentina, quarto maior exportador de Pescado para o Brasil, os sete principais produtos (vide slide N° 12) comercializados em 2013 sequer eram importados pelo Brasil em 2011. Tais produtos somaram 34 mil toneladas, o que representa 89,10% em volume e 91% em valor, em relação a 2012. E, se por um lado, o total anual de pescado da Argentina pelo Brasil foi de 34 mil toneladas, por outro, o Brasil, a despeito de todo o potencial para a pesca e para a aquicultura que sabemos existir e já tão exaustivamente discutido, além de possuir um Ministério criado essencialmente para desenvolver todo esse potencial, exportou para todos os países com os quais mantêm relações comerciais, apenas de 37 mil toneladas. Ou seja, o Brasil importou da Argentina (34 mil toneladas), quase que o mesmo volume que exportou para o mundo inteiro (37 mil toneladas). Uma verdadeira afronta ao bom senso e à razoabilidade, princípio este norteia (ou deveria nortear) a política pesqueira brasileira quando se considera o nosso imenso potencial pesqueiro e suas vantagens competitivas.



## 8. Enlatados: o surgimento da cultura

Os alimentos começaram a ser enlatados industrialmente após a invenção do francês Nicolas Appert (1749–1841). Cozinheiro e pâtissier, ele desenvolveu em 1795 uma técnica capaz de conservar duradouramente os alimentos. Aqueceu-os a 100°C, em vidros hermeticamente fechados, e com isso interrompeu o processo natural de decomposição. Anteriormente, eram preservados com sal ou açúcar, mediante defumação e cozimento seguido de imersão em gordura. Entretanto, esses métodos alteravam o aroma, a cor, o sabor, a textura dos ingredientes ou comidas. Appert foi recompensado pela descoberta. Napoleão Bonaparte concedeu-lhe o prêmio, gigantesco para a época, de 12 mil francos. Sua descoberta, batizada de "appertização", foi difundida no livro *A Arte de Conservar por Vários Anos Todas as Substâncias Animais e Vegetais*, distribuído em toda a França. Prosseguindo o trabalho, o inventor encomendou frascos de vidro mais resistentes nos quais colocou frutas, hortaliças, sopas e laticínios. Foi copiado imediatamente.

Em 1810, as indústrias de sardinha de Nantes, no Vale do Loire, adiantaram-se em adotar a appertização. No mesmo ano, o *Almanach des Gourmands*, do escritor e gastrônomo Alexandre Grimod de La Reynière, saudou a qualidade do peixe que



preservavam. Também em 1810, Pierre Durand, um francês radicado na Inglaterra, obteve do rei George II a patente para produzir conservas alimentícias segundo o método de Appert. Julgando o vidro um recipiente frágil e pesado, optou pela folha de flandres, ou seja, pelo ferro estanhado.

Começava a nascer a embalagem popular conhecida nos dias atuais. Depois da folha de flandres veio o alumínio, mais versátil, proporcionando a moldagem em diferentes formatos. Ultimamente, surgiu o TFS (tin free steel), aço sem estanho ou cromado, reduzindo bastante o custo da embalagem. O revestimento interno se tornou muito resistente e, portanto, seguro. Em outubro, um dos temas debatidos no 10º Congresso Internacional de Nutrição, Longevidade e Qualidade de Vida, realizado em São Paulo, foi justamente a contribuição da embalagem de aço para a alimentação saudável.

A Marinha britânica entendeu rapidamente a importância da novidade. A partir de 1811, seus navios passaram a incluir, nas provisões de viagem, uma infinidade de peixes, carnes, legumes e frutas em lata. A bordo, operaram o prodígio de reduzir os índices de escorbuto, terror dos navegantes do passado devido à carência de vitamina C e caracterizado pela tendência às hemorragias. Em terra, instalou-se o entusiasmo pelos alimentos appertizados. A "epidemia da conserva", como a denominam os franceses Peltier, Lemoine e Delon, espalhou-se pela Europa,



alcançando a Austrália e a América. Nos Estados Unidos, surgiu em 1869 a Campbell Company, famosa pela sopa celebrizada nas artes plásticas por Andy Warhol, estrela da pop art. Aos poucos a indústria tomou os cuidados responsáveis pela sanidade dos enlatados. O primeiro foi instalar-se nas regiões de origem dos produtos e realizar a appertização logo após a pesca, abate ou colheita. Desse modo, não são alterados de maneira significativa os teores de proteínas, lipídios e glicídios.

## **9. A manutenção dos nutrientes no alimento enlatado**

Uma forma de tornar mais econômica uma refeição saudável consiste na inclusão de frutas e legumes enlatados, os quais são geralmente mais baratos e acessíveis que os alimentos frescos. Mas a adição de enlatados pode ter como consequência a perda de nutrientes? Felizmente, não. Estudos demonstram que, assim como ocorre com os produtos congelados, o valor nutricional dos enlatados é geralmente parecido, senão melhor que o dos alimentos frescos, desde que eles não contenham açúcares ou sal adicionados.

Frutas e legumes geralmente possuem mais vitaminas e nutrientes quando são coletados. Durante o transporte, porém, ocorre uma redução dos nutrientes, e, na maioria dos mercados consumidores, os alimentos muitas vezes ficam em prateleiras ou armazenados durante dias até chegarem ao comprador.

O alimento enlatado também pode perder parte de seu valor nutricional, especialmente os nutrientes solúveis em água, como as vitaminas B e C. De um



modo geral, porém, esses nutrientes costumam permanecer relativamente inalterados, pois estão protegidos dos efeitos deteriorantes do oxigênio.

Esse fato foi enfatizado em um relatório extenso sobre o assunto, publicado no periódico “The Journal of the Science of Food and Agriculture” por pesquisadores da Universidade da Califórnia, nos EUA. Segundo o estudo, “as frutas e os legumes frescos geralmente perdem seus nutrientes mais rapidamente que os enlatados ou congelados. A perda de nutrientes durante o armazenamento do alimento fresco pode ser mais significativa que os consumidores imaginam” e pode não estar refletida nos rótulos nutricionais.

Assim, apesar da má fama, frutas e legumes enlatados preservam muitos de seus nutrientes.

## **10. O peixe enlatado como opção de consumo prático e saudável**

O Ministério da Saúde recomenda a inclusão do pescado na alimentação duas vezes por semana

O peixe é um alimento que não pode faltar em uma dieta balanceada, pois previne doenças cardiovasculares, diminui o nível de colesterol, ansiedade e ativa a memória. A recomendação é que o pescado seja consumido pelo menos duas vezes por semana de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde (MS).

Ao comprar o peixe fresco é preciso limpá-lo. Em alguns casos, até retirar as escamas. Uma solução prática e ao mesmo tempo saudável é o consumo de peixes enlatados, como o atum e a sardinha.

No caso da sardinha, por exemplo, a espinha normalmente retirada quando o peixe é comprado in natura é cozida dentro da lata de aço. Esta parte da sardinha deve ser consumida, pois é rica em cálcio, mineral fundamental para os dentes e os ossos.



Na lata a espinha fica mole e fácil de mastigar, engolir e digerir. Já atum enlatado tem a vantagem de poder ser consumido diretamente na lata ou como ingrediente de molhos e pratos.

O tempo de conservação dos peixes enlatados também é outro diferencial a ser ressaltado. Peixes congelados duram no máximo seis meses enquanto a sua versão enlatada chega há dois anos sem

perder suas propriedades nutritivas e o sabor.

Além de ser prático, o peixe envasado em lata de aço não perde nenhuma propriedade nutricional. O pescado quando conservado em óleo de soja ou em azeite na lata não tem seus nutrientes dissipados, já que o processo de preparação do alimento enlatado é diferenciado. O peixe é colocado cru dentro da lata e depois de ser hermeticamente fechada, a embalagem é levada para fornos em altas temperaturas, garantindo ainda mais a preservação dos nutrientes, como o ômega 3.

Os benefícios do peixe enlatado também estão atraindo a atenção de pesquisadores, que investem no estudo de novas espécies para envasar em lata de aço. Um exemplo é a pesquisa desenvolvida na Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), que tem como foco viabilizar o envase em lata de



aço da tilápia. O peixe foi escolhido por ser comum na região sul do país. A autora do projeto é a aluna Ana Maria da Silva, do último ano de Engenharia da Pesca.

Neste trabalho já foram produzidas, em parceria com a Furg (Fundação Universidade Federal do Rio Grande) 350 latas de 820 gramas cada, com diferentes tipos de corte de tilápia e três variações de molho: água e sal, tomate e óleo vegetal.



## 11. Aspectos gerais dos peixes enlatados

O mercado de pescado enlatado, que movimentava cerca de R\$ 1 bilhão por ano, tem, ainda, um grande espaço para crescimento.

Apenas 400 gramas de pescado enlatado são consumidos por pessoa no Brasil durante um ano.

Um consumo muito baixo em relação ao de países da Europa, como Espanha e Itália, nos quais é 10X maior.

Os enlatados tornaram-se muito conhecidos no mercado por sua praticidade, e, a cada ano, as empresas deste segmento inovam, aprimorando a qualidade dos produtos e a facilidade do manuseio das embalagens, com o objetivo de dar opção e alternativas aos consumidores de peixes e enlatados e suprir a necessidade de consumo.

Hoje em dia é possível encontrar embalagens que comportam a quantidade exata de produto que será utilizado, como no caso das embalagens para o uso em pizzas e refletiu na criação de uma embalagem prática – já que foi criada com a quantidade ideal para rechear uma pizza - fazendo com que o cliente perca menos tempo para o preparo, e melhore seu armazenamento

## **12. Projeções do Desempenho Econômico-Financeiro**

As projeções financeiras foram desenvolvidas assumindo-se a realidade atual da Recuperanda e as perspectivas de faturamento e resultado. Todos os dados levaram em consideração as medidas de melhoria – tanto no aspecto administrativo como no operacional – implementadas, em curso ou a implementar, conforme detalhado no item 2.3 deste plano.

### **12.1 Projeção das Receitas**

Para a projeção do volume de receita bruta nos 15 (quinze) anos contemplados no plano foi considerado o atual planejamento comercial e o histórico da empresa.

Além disso, a recomposição de capital de giro próprio – a qual depende fundamentalmente da retomada das duplicatas que ficaram retidas por seus Credores Financeiros, sob pena de inviabilizar os números projetados - propiciará à Recuperanda a expansão de faturamento, tendo em vista as melhorias de margens obtidas com a recente alteração de fornecedores.

- › \_ A estratégia adotada foi realista, prevendo-se que a cada ano ocorra um crescimento moderado no volume de vendas;
- › Para formar a base da projeção de receitas foi considerada a média real realizada atualmente e o planejamento comercial que vem sendo executado desde o pedido de recuperação judicial;
- › O volume projetado de receitas está totalmente de acordo com a capacidade operacional da empresa e possíveis gastos adicionais estão previstos nos custos e investimentos;
- › Os preços dos produtos não contemplam o efeito inflacionário. Por ser uma projeção de longo prazo, torna-se inviável tentar estimar este indicador de modo adequado, sendo assim, consideram-se os preços projetados em valor presente, pressupondo que os efeitos inflacionários sobre os custos e despesas serão repassados aos preços dos serviços prestados projetados para garantir as margens projetadas.

### 12.1.1 Projeção

Período	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Valor	68,96	76,62	83,73	88,14	92,78	97,66	100,68	103,80

Período	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Total
Valor	107,01	109,19	111,42	113,69	116,01	118,38	120,80	1.508,89

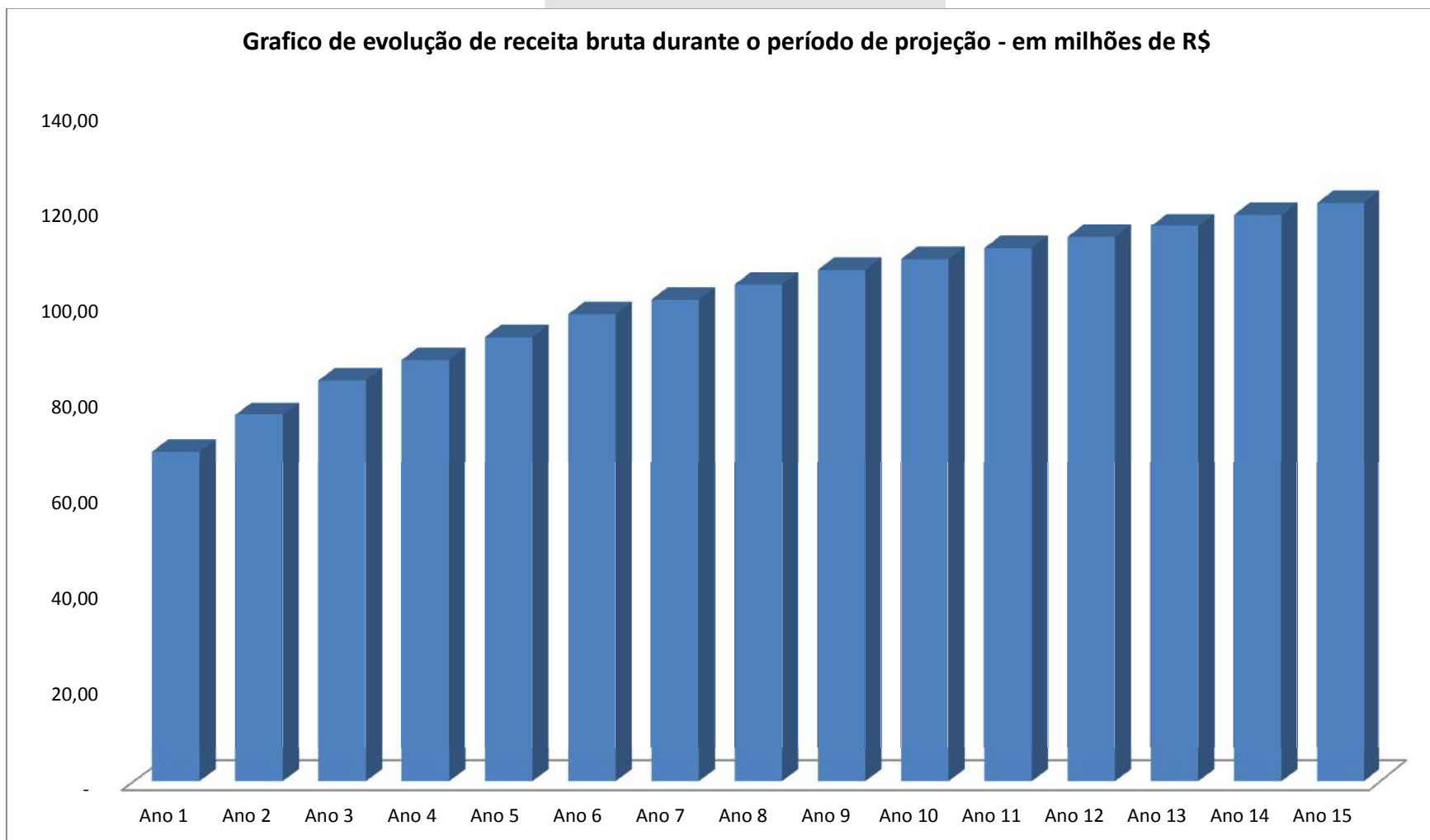
Valores em milhões de Reais (R\$)

### 12.1.2 Análise

Para o primeiro ano da recuperação judicial foi projetado um volume de R\$ 68,96 milhões de faturamento, o que corresponde a R\$ 5,75 milhão de média mensal. O crescimento real projetado em termos monetários é mais alto no segundo ano, tendo em vista a retomada imediata de mercado. A partir do terceiro ano o crescimento começa a diminuir gradativamente e do décimo ao décimo quinto ano se mantém estável em 2% ao ano.

Ressalta-se que o crescimento projetado da receita é bastante condizente com a atual situação. A Recuperanda tem poder para atingir este faturamento visto que, no passado recente, já faturou R\$ 120 milhões/ano, valor atingido nas projeções somente no décimo quinto ano, tendo em vista a retomada gradativa do capital de giro e a retomada do espaço no mercado consumidor, visando sempre a lucratividade mesmo que em menores volumes.

**Gráfico de evolução de receita bruta durante o período de projeção - em milhões de R\$**



## 12.2 Projeção de Resultados

### 12.2.1 Premissas

As seguintes premissas foram adotadas na projeção de resultado econômico-financeiro:

- › Foi utilizado o Sistema Tributário Normal com apuração de Lucro Real sendo consideradas assim as respectivas alíquotas de cada imposto incidente para as projeções de resultados. Este Sistema Tributário é o adotado pela empresa no momento da elaboração deste Plano de Recuperação;
- › O ano 1 da projeção considera os 12 meses subsequentes a data da publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial e consequente concessão da recuperação;
- › Para efeito de projeção a empresa inicia com “caixa zero”. Porém, há a necessidade de retomada das duplicatas que ficaram retidas por seus Credores Financeiros para que a empresa atinja o crescimento esperado no faturamento e possa gerar o capital de giro próprio, a partir de sua operação, indicado nas projeções.
- › Todas as projeções foram feitas em um cenário realista e a valor presente.



## 12.2.2 Projeção

Demonstração de resultados	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	TOTAL
<b>Receita bruta</b>	<b>68,96</b>	<b>76,62</b>	<b>83,73</b>	<b>88,14</b>	<b>92,78</b>	<b>97,66</b>	<b>100,68</b>	<b>103,80</b>	<b>107,01</b>	<b>109,19</b>	<b>111,42</b>	<b>113,69</b>	<b>116,01</b>	<b>118,38</b>	<b>120,80</b>	<b>1.508,89</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>7,66</b>	<b>8,51</b>	<b>9,30</b>	<b>9,79</b>	<b>10,31</b>	<b>10,85</b>	<b>11,19</b>	<b>11,53</b>	<b>11,89</b>	<b>12,13</b>	<b>12,38</b>	<b>12,63</b>	<b>12,89</b>	<b>13,15</b>	<b>13,42</b>	<b>167,64</b>
PIS	1,14	1,26	1,38	1,45	1,53	1,61	1,66	1,71	1,77	1,80	1,84	1,88	1,91	1,95	1,99	24,90
COFINS	5,24	5,82	6,36	6,70	7,05	7,42	7,65	7,89	8,13	8,30	8,47	8,64	8,82	9,00	9,18	114,68
ICMS	1,28	1,43	1,56	1,64	1,73	1,82	1,87	1,93	1,99	2,03	2,07	2,11	2,16	2,20	2,25	28,07
<b>Receita líquida</b>	<b>61,29</b>	<b>68,10</b>	<b>74,43</b>	<b>78,35</b>	<b>82,47</b>	<b>86,81</b>	<b>89,50</b>	<b>92,27</b>	<b>95,12</b>	<b>97,06</b>	<b>99,04</b>	<b>101,06</b>	<b>103,13</b>	<b>105,23</b>	<b>107,38</b>	<b>1.341,25</b>
Custo dos produtos vendidos	44,47	49,42	54,01	56,85	59,84	62,99	64,94	66,95	69,02	70,43	71,86	73,33	74,83	76,35	77,91	973,21
<b>DESP. VARIÁVEIS DE VENDA</b>	<b>7,19</b>	<b>7,99</b>	<b>8,73</b>	<b>9,19</b>	<b>9,68</b>	<b>10,19</b>	<b>10,50</b>	<b>10,83</b>	<b>11,16</b>	<b>11,39</b>	<b>11,62</b>	<b>11,86</b>	<b>12,10</b>	<b>12,35</b>	<b>12,60</b>	<b>157,38</b>
Comissões	1,14	1,27	1,39	1,46	1,54	1,62	1,67	1,72	1,77	1,81	1,85	1,88	1,92	1,96	2,00	25,00
Frete	4,15	4,62	5,04	5,31	5,59	5,88	6,07	6,25	6,45	6,58	6,71	6,85	6,99	7,13	7,28	90,90
Devoluções	0,31	0,35	0,38	0,40	0,42	0,44	0,46	0,47	0,48	0,49	0,50	0,52	0,53	0,54	0,55	6,84
Descontos concedidos	1,58	1,76	1,92	2,02	2,13	2,24	2,31	2,38	2,46	2,51	2,56	2,61	2,66	2,72	2,77	34,64
<b>Lucro Bruto</b>	<b>9,63</b>	<b>10,70</b>	<b>11,69</b>	<b>12,31</b>	<b>12,95</b>	<b>13,64</b>	<b>14,06</b>	<b>14,49</b>	<b>14,94</b>	<b>15,25</b>	<b>15,56</b>	<b>15,87</b>	<b>16,20</b>	<b>16,53</b>	<b>16,87</b>	<b>210,67</b>
Despesas adm.e com.	7,05	7,23	7,41	7,52	7,63	7,75	7,86	7,98	8,10	8,22	8,34	8,47	8,60	8,73	8,86	119,73
Despesa financeira corrente	1,38	1,53	1,67	1,76	1,86	1,95	2,01	2,08	2,14	2,18	2,23	2,27	2,32	2,37	2,42	30,18
Despesa financeira dívida RJ	1,17	0,87	0,87	0,86	0,85	0,83	0,80	0,77	0,70	0,62	0,53	0,44	0,34	0,24	0,14	10,04
<b>Lucro antes do IR/CSLL</b>	<b>0,03</b>	<b>1,06</b>	<b>1,74</b>	<b>2,16</b>	<b>2,62</b>	<b>3,11</b>	<b>3,38</b>	<b>3,67</b>	<b>4,00</b>	<b>4,22</b>	<b>4,45</b>	<b>4,69</b>	<b>4,94</b>	<b>5,19</b>	<b>5,46</b>	<b>50,71</b>
IR/CSLL	0,00	0,19	0,31	0,40	0,48	0,58	0,63	0,69	0,75	0,79	0,84	0,88	0,93	0,98	1,03	9,48
<b>Lucro Líquido</b>	<b>0,02</b>	<b>0,88</b>	<b>1,42</b>	<b>1,77</b>	<b>2,14</b>	<b>2,53</b>	<b>2,75</b>	<b>2,98</b>	<b>3,25</b>	<b>3,43</b>	<b>3,61</b>	<b>3,81</b>	<b>4,01</b>	<b>4,21</b>	<b>4,43</b>	<b>41,24</b>
<b>(+) Reversão apropriação juros RJ</b>	<b>1,17</b>	<b>0,87</b>	<b>0,87</b>	<b>0,86</b>	<b>0,85</b>	<b>0,83</b>	<b>0,80</b>	<b>0,77</b>	<b>0,70</b>	<b>0,62</b>	<b>0,53</b>	<b>0,44</b>	<b>0,34</b>	<b>0,24</b>	<b>0,14</b>	<b>10,04</b>
<b>(-) Pagamento de Juros dívida RJ</b>	<b>-</b>	<b>0,91</b>	<b>0,92</b>	<b>0,92</b>	<b>0,90</b>	<b>0,90</b>	<b>0,88</b>	<b>0,89</b>	<b>0,83</b>	<b>0,76</b>	<b>0,68</b>	<b>0,59</b>	<b>0,49</b>	<b>0,40</b>	<b>0,32</b>	<b>10,40</b>
<b>(-) Pagamento principal dívida RJ</b>	<b>-</b>	<b>0,07</b>	<b>0,29</b>	<b>0,51</b>	<b>0,58</b>	<b>0,87</b>	<b>1,16</b>	<b>2,33</b>	<b>2,62</b>	<b>2,91</b>	<b>3,06</b>	<b>3,20</b>	<b>3,35</b>	<b>3,64</b>	<b>4,51</b>	<b>29,11</b>
<b>(-) Passivo Tributário</b>	<b>0,96</b>	<b>0,96</b>	<b>0,96</b>	<b>0,96</b>	<b>0,96</b>	<b>0,96</b>	<b>0,96</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6,73</b>
<i>(=)Recomp. De capital de giro acum.</i>	<i>0,23</i>	<i>0,04</i>	<i>0,16</i>	<i>0,41</i>	<i>0,94</i>	<i>1,57</i>	<i>2,11</i>	<i>2,64</i>	<i>3,14</i>	<i>3,51</i>	<i>3,93</i>	<i>4,39</i>	<i>4,90</i>	<i>5,32</i>	<i>5,05</i>	<i>5,05</i>

### 12.2.3 Análise

Com base nos resultados projetados é possível destacar:

› A recomposição de capital de giro próprio tem uma pequena queda no segundo ano, depois disso ele aumenta ano após ano, entretanto, a despesa financeira se mantém linear proporcionalmente. Isto ocorre pelo fato de que o capital de giro próprio, aliado a retomada das duplicatas retidas pelos Credores Financeiros, será utilizado para expandir o faturamento nos níveis projetados, de diversas maneiras, principalmente investindo em estoque, tendo em vista o prazo das importações;

› Conforme a projeção, o lucro líquido apurado ao final de cada ano é suficiente para o pagamento da proposta aos credores e ao cumprimento do pagamento não sujeito aos efeitos da recuperação judicial. Considerando-se que os Credores reconhecidamente extraconcursais possuem condição de auto liquidação parcial de seus créditos, pela utilização, até o limite contratual, das garantias fiduciárias devidamente performadas na forma e para os efeitos do artigo 1.361- § 1º do código civil brasileiro, não havendo impacto, até





os limites contratados, na projeção financeira apresentada neste plano.

Desta forma, fica demonstrada a viabilidade da superação da situação de crise econômico-financeira da Recuperanda, permitindo que seja mantida a fonte produtora do emprego dos trabalhadores e os interesses dos credores, promovendo assim a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

## 13 Meios de recuperação

A Recuperanda, visando transpor a atual situação de crise e voltar a ter equilíbrio financeiro, possibilitando o pagamento aos seus credores e trazendo benefício a todos os seus stakeholders, efetuou seu pedido de recuperação judicial.

Por estes motivos, e para que seja possível dar prosseguimento à revitalização das atividades, trazendo apenas ações benéficas aos credores, após a aprovação deste plano de recuperação judicial, fundamentada no artigo 50 da lei 11.101/2005, a Recuperanda fica autorizada pelos seus credores a buscar os mais viáveis meios de recuperação, tais como:

- I - Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, venda de unidade produtiva isolada;
- II - Alteração do controle societário;
- III - Aumento de capital social;
- IV - Trespasse ou arrendamento de estabelecimento total ou parcial

## **14 Pagamento aos Credores**

Para que a proposta de pagamento seja viável se faz necessário que a mesma seja condizente com a capacidade de pagamento demonstrada pelas projeções econômico-financeiras, sob pena de inviabilizar o processo de recuperação da empresa.

Os créditos listados na Relação de Credores do devedor poderão ser modificados, e novos créditos eventualmente poderão ser incluídos no Quadro Geral de Credores, em razão do julgamento de incidentes de habilitação, divergências, ou impugnações de créditos ou acordos.

Se novos créditos forem incluídos no Quadro Geral de Credores, conforme previsto acima, os Credores receberão seus pagamentos nas mesmas condições e formas de pagamento estabelecidas neste Plano, de acordo com a classificação que lhes foi atribuída, sem direito aos rateios de pagamentos eventualmente já realizados.

Caso sejam incluídos Credores na Classe II – Garantia Real, receberão da mesma forma prevista para os Credores Quirografários.

## 14.1 Classe III – Credores Quirografários

Para que a geração de caixa da Recuperanda seja suficiente para o pagamento, de acordo com o demonstrado na projeção de resultados, será aplicado deságio de 20% sobre os créditos dos Credores da classe III Quirografários.

O saldo após a aplicação do deságio será pago em 162 parcelas mensais, vencendo-se a primeira parcela ao final do 19º mês após a data da publicação da decisão que conceder a recuperação judicial à Recuperanda.

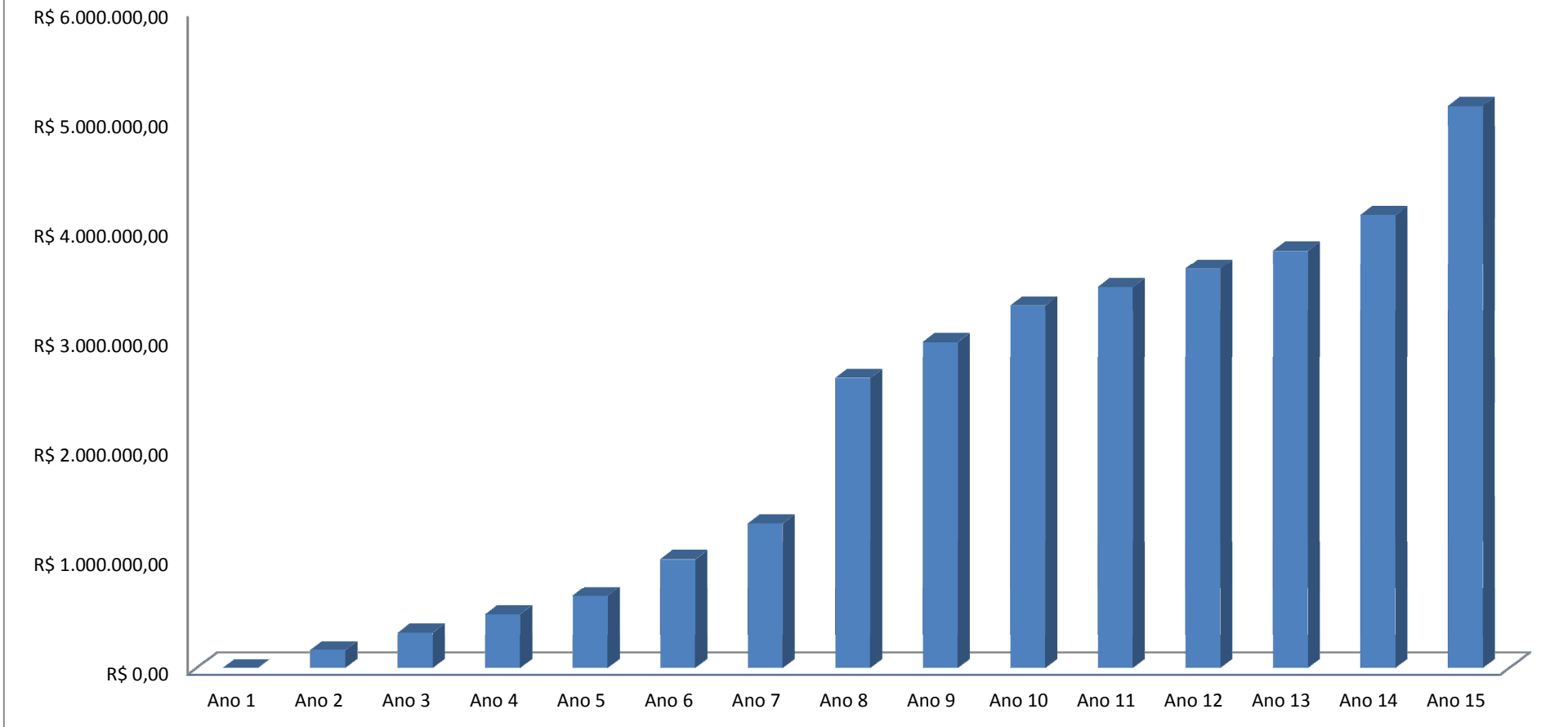
A amortização da dívida ocorrerá conforme tabela abaixo:

Período	Pagamento de juros	Pagamento do principal	Saldo devedor
Ano 1	-	-	29.107.139,85
Ano 2	911.241,43	72.767,85	29.034.372,00
Ano 3	917.746,15	291.071,40	28.743.300,60
Ano 4	917.438,51	509.374,95	28.233.925,65
Ano 5	904.468,14	582.142,80	27.651.782,86
Ano 6	898.002,50	873.214,20	26.778.568,66
Ano 7	882.453,70	1.164.285,59	25.614.283,07
Ano 8	892.923,80	2.328.571,19	23.285.711,88
Ano 9	831.959,19	2.619.642,59	20.666.069,29
Ano 10	761.911,41	2.910.713,98	17.755.355,31
Ano 11	676.930,13	3.056.249,68	14.699.105,62
Ano 12	587.407,27	3.201.785,38	11.497.320,24
Ano 13	493.342,82	3.347.321,08	8.149.999,16
Ano 14	400.587,14	3.638.392,48	4.511.606,68
Ano 15	322.149,67	4.511.606,68	-
<b>Total</b>	<b>10.398.561,85</b>	<b>29.107.139,85</b>	

Valores em Reais (R\$)

Os valores pagos serão distribuídos de acordo com a proporcionalidade de cada crédito em relação ao total da classe III Quirografários.

### Gráfico de demonstrativo de evolução de pagamentos - em milhões de R\$



## **15 Atualização Monetária dos Créditos e Juros Remuneratórios**

Para a atualização dos valores contidos na lista de credores deste processo de recuperação judicial na classe única – III - será utilizado o Índice da Taxa Referencial - TR, criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997. Esta começará a incidir sobre o passivo da recuperação judicial a partir da data do pedido de recuperação judicial da Recuperanda. Além da TR, a título de juros remuneratórios, serão pagos 3% ao ano, que também incidirão a partir da data do pedido de recuperação judicial da Recuperanda. Tanto a atualização monetária quanto os juros remuneratórios serão pagos juntamente com as parcelas mensais do principal da dívida, conforme demonstrado no item 14.1.



## 16 Amortização acelerada / exclusão do deságio

A Recuperanda, no intuito de privilegiar a todos os Credores, com objetivo de excluir o deságio da proposta de pagamento e/ou acelerar o recebimento, propõe uma forma opcional de amortização do passivo.

Desta forma, garantirá para a totalidade dos Credores da Recuperação Judicial, além da proposta comum apresentada, a possibilidade de participação nesta proposta adicional. As formas de amortização acelerada são divididas nos tipos de Credores constantes do rol de Credores da recuperação judicial, quais sejam: Credores Financeiros e Credores Fornecedores.

A adesão dos Credores a esta proposta adicional deverá ocorrer mediante a assinatura de termo de adesão a aceleração dos pagamentos e não excluirá o referido Credor do recebimento pela proposta comum.

A vigência da adesão na proposta de aceleração dos pagamentos será por tempo indeterminado, porém, limitando-se o recebimento pelo Credor por esta proposta ao limite do valor constante no quadro geral de Credores da Recuperação Judicial, após a aplicação do deságio constante na proposta comum.

A seguir, as regras desta proposta.

## 16.1 Credores Instituições Financeiras

> Os Credores Financeiros que se habilitarem a participar desta forma de amortização diferenciada deverão liberar todos os recebíveis/recursos financeiros retidos, fazendo com que a Recuperanda recomponha seu capital de giro e tenha possibilidade de ampliar seu faturamento e cumprir com seu plano de recuperação judicial.

> Os Credores Financeiros que optarem por esta proposta adicional não terão deságio em sua dívida, recebendo a integralidade de seus créditos no mesmo prazo proposto no item 14.1.

## 16.2 Credores Fornecedores

> Os Credores Fornecedores que se habilitarem a participar desta forma de aceleração da amortização destinarão novos recursos através da venda com prazo de matérias-primas ou de prestação de serviços para a Recuperanda;

> Os montantes das tranches a serem fornecidas através de venda não terão seu valor mínimo limitado, embora fique a cargo da administração da Recuperanda aceitar a oferta dos fornecedores, de acordo com seu nível de estocagem, previsão de vendas e preço da matéria-prima / serviço ofertados;





> Os recursos fornecidos através de venda de matérias-primas ou serviços deverão ser utilizados pela empresa exclusivamente para produção e manutenção da operação;

> Para amortização do passivo existente no quadro geral de credores referente ao credor fornecedor que se habilitar para participar desta proposta de amortização acelerada será destinado 0,04% por cada dia de prazo sobre o total de cada fatura de novos fornecimentos, considerando-se 100% deste valor como pagamento acelerado do passivo da recuperação judicial, sendo que este pagamento ocorrerá 1 (um) dia após o vencimento das faturas dos recursos viabilizados pelos

Credores:

Desta forma, para ilustração, o credor que conceder 30 dias de prazo receberá 1,20% além do valor vendido como aceleração do passivo da recuperação judicial.



## **17. Análise de Viabilidade da Proposta de Pagamento**

As projeções demonstram que a Recuperanda tem plena condição de liquidar suas dívidas constantes na forma proposta, bem como os créditos não sujeitos a recuperação judicial.

Além disso, as projeções mercadológicas realizadas por órgãos vinculados ao segmento/atividade da empresa para os próximos anos indicam favorável e constante elevação na demanda, fazendo com que a operação gere o caixa necessário, ficando desmonstrada, desta forma, a viabilidade da continuidade das atividades da Recuperanda bem como de sua proposta de pagamento.

## 18 Considerações Finais

O Plano de Recuperação Judicial proposto atende aos princípios da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei nº. 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 - “Lei de Recuperação de Empresas”), garantindo os meios necessários para a recuperação econômico-financeira da empresa. Neste sentido, foram apresentados diferentes meios para a Recuperação Judicial da empresa no Plano de Recuperação Judicial, objeto deste documento.

Salienta-se ainda que o Plano de Recuperação Judicial apresentado demonstra a viabilidade econômico-financeira da empresa através de diferentes projeções, desde que as condições propostas para o pagamento aos credores sejam aceitas. Importante ainda destacar que um dos expedientes recuperatórios ao teor do artigo 50 da referida Lei de Recuperação de Empresas, é a “reorganização administrativa”, medida que foi iniciada e encontra-se em implementação.

Portanto, com as projeções para os próximos anos favoráveis ao mercado de pescados combinado ao conjunto de medidas ora proposto neste Plano de Recuperação Judicial, fica demonstrado à efetiva possibilidade do pagamento dos débitos vencidos e vincendos.



## 19 Nota de Esclarecimento

A participação e o trabalho técnico desenvolvido pela empresa AALC CONSULTORIA na elaboração deste Plano de Recuperação Judicial deu-se através da modelagem das projeções financeiras de acordo com as informações e premissas fornecidas pela Ampex Brasil Empreendimentos Comerciais, Industrialização e Participações LTDA em Recuperação Judicial. Estas informações alimentaram o modelo de projeções financeiras da AALC, indicando o potencial de geração de caixa da empresa e conseqüentemente a capacidade de amortização da dívida.

Deve-se notar que o estudo da viabilidade econômico-financeira se fundamentou na análise dos resultados projetados para a empresa e contém estimativas que envolvem riscos e incertezas quanto à sua efetivação, pois dependem parcialmente de fatores externos à gestão da empresa.

As projeções para o período compreendido em 15 (quinze) anos foram realizadas com base em informações da própria empresa e das expectativas em relação ao comportamento de mercado, preços, estrutura de custos e valor do passivo inscrito no processo.

Assim, as mudanças na conjuntura econômica nacional bem como no comportamento das proposições consideradas refletirão nos resultados apresentados neste trabalho.



## 20 Conclusão

Este Plano de Recuperação Judicial, fundamentado no princípio da par conditio creditorum, implica novação objetiva e real dos créditos anteriores ao pedido, e obriga a empresa Ampex Brasil Empreendimentos Comerciais, Industrialização e Participações LTDA. em Recuperação Judicial, e todos os Credores a ele sujeitos nos termos do artigo 59 da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas), do artigo 385 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002 (Novo Código Civil) e artigo 584, inciso III, do caput da Lei 5.869/1973 (Código de Processo Civil). A sentença concessiva da Recuperação Judicial constitui título executivo judicial, novando e substituindo todas as obrigações sujeitas à Recuperação Judicial. A Recuperanda honrará com os pagamentos posteriores ao segundo ano somente com o cumprimento dos artigos 61 e 63 da Lei 11.101/2005.

A AALC CONSULTORIA que elaborou este Plano de Recuperação Judicial, acredita que o processo de reestruturação do tipo de negócio da Recuperanda, bem como as correspondentes projeções econômico-financeiras detalhadas neste documento, desde que sejam implementadas e realizadas, possibilitará que a empresa mantenha-se viável e pague seus débitos na forma proposta.



Também acredita que os Credores terão maiores benefícios com a implementação deste Plano de Recuperação, uma vez que a proposta aqui detalhada não agrega nenhum risco adicional.

Em atendimento ao artigo 53 da lei 11.101/2005 a Recuperanda informa que seu laudo de bens e ativos já se encontra juntado ao processo de Recuperação Judicial.

Itajaí, 16 de Abril de 2014.



AALC CONSULTORIA

Anuente:



Ampex Brasil Empreendimentos Comerciais, Industrialização e Participações LTDA  
C.N.P.J/MF nº 10.242.889/0001-77